



Número: **0601454-83.2018.6.16.0000**

Classe: **REGISTRO DE CANDIDATURA**

Órgão julgador colegiado: **Colegiado do Tribunal Regional Eleitoral**

Órgão julgador: **Relatoria Des. Tito Campos de Paula**

Última distribuição : **14/08/2018**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **06014158620186160000**

Assuntos: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato, Cargo - Deputado Estadual**

Objeto do processo: **Registro de Candidatura - RRC - Candidato. LUCILENE SANTOS DE REZENDE. COLIGAÇÃO UNIDOS PELO PARANA 90-PROS / 35-PMB / 33-PMN. CARGO: DEPUTADO ESTADUAL - PMN.**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
LUCILENE SANTOS DE REZENDE (REQUERENTE)		MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA (ADVOGADO)	
FIRME E FORTE, UNIDOS PELO PARANÁ 90-PROS / 35-PMB / 33-PMN (REQUERENTE)		MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA (ADVOGADO)	
Procurador Regional Eleitoral (FISCAL DA LEI)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
310820	02/10/2018 18:24	Acórdão	Acórdão
325831	17/10/2018 17:13	Acórdão	Acórdão



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 54.282

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) - 0601454-83.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ

RELATOR(A): GILBERTO FERREIRA

REQUERENTE: LUCILENE SANTOS DE REZENDE, FIRME E FORTE, UNIDOS PELO PARANÁ 90-PROS / 35-PMB / 33-PMN

Advogado do(a) REQUERENTE: MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA - PR032723

Advogado do(a) REQUERENTE: MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA - PR032723

EMENTA. ELEIÇÕES 2018. REGISTRO DE CANDIDATURA. INDEFERIMENTO. REGULAR INTIMAÇÃO PARA MANIFESTAÇÃO ACERCA DA AUSÊNCIA DA APRESENTAÇÃO DE COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE. INÉRCIA DA CANDIDATA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.

1. O artigo 11, § 1º, da Lei n.º 9.504/97, regulamentado pelos arts. 28 e 29 da Resolução TSE n.º 23.548/2017, estabelece a documentação necessária à instrução do pedido de registro de candidatura. Dentre a documentação necessária, encontra-se o comprovante de alfabetização (art. 28, IV, da Resolução TSE n.º 23.548/2017), sem o qual o registro deve ser indeferido.
2. Na espécie, a agravante não apresentou documentação compatível suficiente para comprovar seu grau de escolaridade.
3. A agravante foi devidamente intimada para apresentar comprovante de escolaridade ou para firmar declaração de próprio punho junto a Justiça Eleitoral, em consonância com o artigo 28 §3 da Resolução do 23.548/2017, contudo, quedou-se inerte.
4. Agravo Interno conhecido e não provido.



RELATÓRIO

Trata-se de Agravo Interno (ID 303.241) interposto por LUCILENE SANTOS DE REZENDE em face da decisão que indeferiu o seu requerimento de registro de candidatura em virtude da ausência de comprovação de escolaridade.

A agravante sustenta que os documentos juntados são aptos a comprovar a satisfação de todas as condições para deferimento do registro, tanto que não houve nenhuma impugnação. Alega também que a informação constante no histórico da requerente no Cadastro Eleitoral é apta a comprovar a sua condição de alfabetizada e que se, assim não se entender, requer que seja estendido o prazo para firmar declaração de punho na presença de servidor da Justiça Eleitoral.

Foi deferido o pedido de concessão de prazo para a regularização do registro (ID 304.089).

Intimada, a agravante quedou-se inerte.

É o relatório.

VOTO

O Agravo Interno é cabível e tempestivo, razão pela qual o recebo.

Deixo de abrir vista dos autos à Procuradoria Regional Eleitoral, por ser o registro de candidatura procedimento de jurisdição voluntária, no qual o Ministério Público atua como *custos legis*, sendo desnecessária sua intervenção nesta fase.

Na espécie, o pedido de registro de candidatura da agravante não sofreu impugnação, tendo sido indeferido em virtude do não preenchimento das condições de elegibilidade, o que foi verificado por meio das certidões e consultas realizadas pela Secretaria Judiciária.

A agravante interpôs agravo interno, alegando que se submeteu recentemente ao processo de biometria junto a Justiça Eleitoral, constando, portanto, o seu grau de alfabetização constante no Cadastro Nacional de Eleitores é suficiente para comprovar sua escolaridade.

Ocorre que as informações ali postas advém de mera declaração da eleitora no momento do alistamento, não sendo suficiente a comprovar seu grau de escolaridade para fins de registro de candidatura.

De acordo com a Resolução TSE nº 21.538/2003 que disciplina os procedimentos de alistamento e revisão eleitoral, não é preciso apresentar prova da escolaridade para anotação no cadastro eleitoral, conforme disposto em seu art. 13:



Art. 13. Para o alistamento, o requerente apresentará um dos seguintes documentos do qual se infira a nacionalidade brasileira

- a) carteira de identidade ou carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional;
- b) certificado de quitação do serviço militar;
- c) certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil;
- d) instrumento público do qual se infira, por direito, ter o requerente a idade mínima de 16 anos e do qual constem, também, os demais elementos necessários à sua qualificação.

Parágrafo único. A apresentação do documento a que se refere a alínea b é obrigatória para maiores de 18 anos, do sexo masculino.

Com efeito, nos termos da Resolução TSE nº 22.987/2008, a informação da ocupação exercida pelo eleitor nas operações de alistamento, revisão e transferência visa auxiliar a escolha e nomeação de mesários, nos termos do art. 120, § 2º, do Código Eleitoral, e prescinde de prova.

Subsidiariamente, a candidata requereu prazo para comparecimento junto a Justiça Eleitoral e firmar declaração de próprio punho para suprir prova da alfabetização, conforme art. 28, § 3º, da Resolução 23.458/2017, o que foi deferido, conforme ID 304.089.

Conforme consta do ID 304.674, apesar de regularmente intimada, a candidata quedou-se inerte.

O comprovante de escolaridade trata-se de condição de registrabilidade, conforme dispõe o art. 28, § 3º, da Resolução 23.548/2017, de seguinte redação:

Art. 28 . O formulário RRC deve ser apresentado com os seguintes documentos anexados ao CANDex:

(...)

V – Prova de alfabetização

(...)

§3º A prova alfabetização de que trata o inciso IV pode ser suprida por declaração de próprio punho preenchida pelo interessado, em ambiente individual e reservado, na presença de servidor da Justiça Eleitoral.

É entendimento majoritário do Tribunal Superior Eleitoral:

ELEIÇÕES 2008. AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. REGISTRO DE CANDIDATURA. ANALFABETISMO. ART. 29, IV§20, da Res. – TSE. N 22.717. DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO. PRESENÇA DO JUIZ ELEITORAL OU DE SERVENTUÁRIO DA JUSTIÇA ELEITORAL. EXIGÊNCIA. TESTE. RIGOR EXCESSIVO. PRECEDENTE. OUTROS MEIOS DE AFERIÇÃO. OBSERVÂNCIA DO FIM CONSTITUCIONAL. AGRAVO PROVIDO.

1. Na falta do comprovante de escolaridade, é imprescindível que o candidato firme declaração de próprio punho em cartório, na presença do juiz ou de serventuário da Justiça Eleitoral, a fim de que o magistrado possa formar sua convicção acerca da condição de alfabetizado do candidato.



2. 'O rigor da aferição no que tange a alfabetização do candidato não pode configurar um cerceio ao direito atinente à inelegibilidade' (Acórdão nº 30.071, de 14.10.2008, rei. Mm. Arnaldo Versiani)
3. A norma inscrita no art. 14 §4, da Constituição Federal impõe apenas que o candidato saiba ler e escrever. Para este efeito, o teste de alfabetização deve consistir em declaração, firmada no cartório eleitoral, na qual o candidato informa que é alfabetizado, procedente em seguida à leitura do documento.

(TSE - AgR-Respe nº 30.682/AL, Rei. Mm. Joaquim Barbosa, PSESS de 27.10.2008)
(destaquei)

É certo que é entendimento pacífico na doutrina e jurisprudência que os documentos que devem instruir o registro de candidatura podem ser juntados enquanto não esgotada a instância ordinária, pois "A juntada tardia de documento, nos processos de registro de candidatura, deve ser considerada pelo julgador enquanto não esgotada a instância ordinária, até mesmo em razão da ausência de prejuízo ao processo eleitoral. Incidência, na espécie, dos princípios da instrumentalidade das formas, da razoabilidade e da proporcionalidade." (TSE. Recurso Especial Eleitoral nº 13781, Acórdão, Relator(a) Min. Luciana Christina Guimarães Lóssio, Publicação: PSESS - Publicado em Sessão, Data 22/11/2016).

No caso em análise, contudo, foi oportunizado a candidata à regularização de seu registro, fazendo-se presumir a falta de alfabetização necessária para concorrer ao pleito.

Nesse sentido, é o entendimento deste Tribunal:

EMENTA. RECURSO ELEITORAL. ELEIÇÕES 2016. REGISTRO DE CANDIDATURA RRC. CARGO DE VEREADOR. INDEFERIDO, AUSÊNCIA DE CONDIÇÃO DE REGISTRABILIDADE. ART. 27, II, ALÍNEA B E IV DA RESOLUÇÃO TSE Nº 23.455/2015. CERTIDÕES CRIMINAIS ESTADUAIS DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAUS. NÃO COMPROVAÇÃO DO REQUERIMENTO TEMPESTIVO. **AUSÊNCIA DO COMPROVANTE DE ESCOLARIDADE. NÃO SUPRIDA A OMISSÃO POR OUTROS MEIOS.** NÃO APRESENTAÇÃO DE DECLARAÇÃO DE PRÓPRIO PUNHO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA ESCOLARIDADE NÃO FOI SUPRIDA DE OUTRA FORMA. OMISSÕES NÃO SUPRIDAS ATÉ O JULGAMENTO NESTE TRIBUNAL REGIONAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO. (TER-PR. Re: 38155 Foz do Iguaçu – PR. Relator Lourival Pedro Chemim. Data de Julgamento 27.09.2016. Data de Publicação? PSESS – Publicado em Sessão, data 28.09.2016). (Destaquei).

Assim, resta incontroverso que a candidata, bem ou mal, não apresentou o comprovante de escolaridade após devidamente intimada e não se insurgiu quanto a isso ao tempo e modo adequados e, por consequência, obsta o deferimento de seu registro de candidatura.

DISPOSITIVO

Em face do exposto, voto no sentido de que esta Corte CONHEÇA do Agravo Interno, e, no mérito, NEGUE-LHE provimento, mantendo a decisão que indeferiu o registro de candidatura de LUCILENE SANTOS DE REZENDE.

Curitiba, 01 de outubro de 2018.



Des. Gilberto Ferreira

Relator

EXTRATO DA ATA

AGRAVO INTERNO NO REGISTRO DE CANDIDATURA Nº 0601454-83.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DES. GILBERTO FERREIRA - REQUERENTE: LUCILENE SANTOS DE REZENDE, FIRME E FORTE, UNIDOS PELO PARANÁ 90-PROS / 35-PMB / 33-PMN - Advogado do(a) REQUERENTE: MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA - PR032723

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do Agravo e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Taro Oyama. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Gilberto Ferreira e Juízes Pedro Luis Sanson Corat, Paulo Afonso da Motta Ribeiro, Antonio Franco Ferreira da Costa Neto, Jean Carlo Leeck e o Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Doutora Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE

01.10.2018.



Proclamação da Decisão

À unanimidade de votos, a Corte conheceu do Agravo, e, no mérito, negou-lhe provimento, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 01/10/2018

RELATOR(A) GILBERTO FERREIRA





TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ

ACÓRDÃO N.º 54.340

REGISTRO DE CANDIDATURA (11532) - 0601454-83.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ

RELATOR(A): GILBERTO FERREIRA

REQUERENTE: LUCILENE SANTOS DE REZENDE, FIRME E FORTE, UNIDOS PELO PARANÁ 90-PROS / 35-PMB / 33-PMN

Advogado do(a) REQUERENTE: MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA - PR032723

Advogado do(a) REQUERENTE: MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA - PR032723

EMENTA – ELEIÇÕES 2018. REGISTRO DE CANDIDATURA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE OBSCURIDADE NO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO DE REDISSCUSSÃO DA MATÉRIA JÁ DECIDIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Havendo clara, fundamentada e coerente manifestação do Tribunal acerca dos temas suscitados nos Embargos de Declaração, não há se falar em obscuridade.
2. Os embargos de declaração não são via adequada à pretendida reanálise da matéria alegada.
3. Embargos conhecidos e rejeitados.



RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração opostos por LUCILENE SANTOS DE RESENDE (ID 315.448) em face do Acórdão nº 54.282 que negou provimento ao Agravo Interno por ela manejado, mantendo o indeferimento de seu registro de candidatura, sob o argumento de que a decisão é obscura.

Sustenta a embargante que: (a) o acórdão contém obscuridade quanto à fundamentação referente ao comprovante de escolaridade, pois a ausência é na realidade suprido pelo processo de biometria junto a Justiça Eleitoral, por constar no Cadastro Nacional de Eleitores o seu grau de alfabetização; (b) que conforme dispõe o artigo 2º, inciso I e §1º da Lei Federal nº 13.444, a base de dados biométricos da ICN (Identificação Civil Nacional) utilizará dados biométricos da Justiça Eleitoral, a qual deve garantir a autenticidade, integridade, disponibilidade e confidencialidade do conteúdo dos dados cadastrais recebidos.

Requer, ao final, o provimento dos embargos para o fim de sanar a obscuridade existente no acórdão para, concedendo-lhe efeitos infringentes.

É o relatório.

VOTO

Os embargos de declaração são tempestivos e merecem conhecimento. No mérito, entretanto, não merecem acolhimento.

Os embargos de declaração imputam ao acórdão obscuridade quanto a comprovação da condição de alfabetização da embargante. Aduz a embargante que a existência de seus dados no Cadastro Nacional de Eleitores é suficiente para suprir a prova de alfabetização, requisito constante no art. 28, inciso IV, da Resolução 23.548/2017, vez que consta o grau de escolaridade no mencionado cadastro.

Com a devida vênia, verifico que não restou caracterizada a alegada obscuridade, na medida em que a decisão apresentou de forma clara e coerente os motivos que levaram à não admissão do Cadastro Eleitoral como instrumento capaz de comprovar a alfabetização da candidata. Eis o teor do acórdão:

A agravante interpôs agravo interno, alegando que se submeteu recentemente ao processo de biometria junto a Justiça Eleitoral, constando, portanto, o seu grau de alfabetização constante no Cadastro Nacional de Eleitores é suficiente para comprovar sua escolaridade.

Ocorre que as informações ali postas advém de mera declaração da eleitora no momento do alistamento, não sendo suficiente a comprovar seu grau de escolaridade para fins de registro de candidatura.

De acordo com a Resolução TSE nº 21.538/2003 que disciplina os procedimentos de alistamento e revisão eleitoral, **não é preciso apresentar prova da escolaridade para anotação no cadastro eleitoral, conforme disposto em seu art. 13:**



Art. 13. Para o alistamento, o requerente apresentará um dos seguintes documentos do qual se infira a nacionalidade brasileira

- a) carteira de identidade ou carteira emitida pelos órgãos criados por lei federal, controladores do exercício profissional;
- b) certificado de quitação do serviço militar;
- c) certidão de nascimento ou casamento, extraída do Registro Civil;
- d) instrumento público do qual se infira, por direito, ter o requerente a idade mínima de 16 anos e do qual constem, também, os demais elementos necessários à sua qualificação.

Parágrafo único. A apresentação do documento a que se refere a alínea b é obrigatória para maiores de 18 anos, do sexo masculino.

Com efeito, nos termos da Resolução TSE nº 22.987/2008, a informação da ocupação exercida pelo eleitor nas operações de alistamento, revisão e transferência visa auxiliar a escolha e nomeação de mesários, nos termos do art. 120, § 2º, do Código Eleitoral, e prescinde de prova.

(...)

A obscuridade trata-se de vício caracterizado por redação ininteligível, a qual impossibilita a compreensão do leitor, conforme lecionam Fredie Didier Jr e Leonardo Carneiro da Cunha:

(...) “ A obscuridade é qualidade do texto de difícil ou impossível compreensão. É obscuro o texto dúbio, que careça de elementos que o organize e lhe confira harmonia interpretativa. O obscuro é o antônimo de claro. A decisão obscura é aquela que não ostenta clareza. A decisão que não é clara desatende à exigência constitucional da fundamentação. Quando o juiz ou tribunal não é preciso, não é claro, não fundamenta adequadamente, está a proferir decisão obscura, que merece ser esclarecida. (...)”¹

Nesse sentido, não há que se falar em obscuridade do acórdão, vez que estabelece de forma integralmente coesa que não foi admitida a alegação trazida por ser baseada em mera declaração do eleitor, prescindido a juntada de comprovante de escolaridade no momento do cadastro.

Não fosse isso, a embargante ainda requereu prazo para firmar declaração de próprio punho na presença de servidor da Justiça Eleitoral, conforme dispõe o art. 28, §3 da Resolução 23.548/2017, o qual foi prontamente deferido, conforme despacho de ID 304.089.

Contudo, devidamente intimada (ID. 304.674), a embargante de forma indulgente ficou-se inerte.

Verifica-se, pois, que a questão foi devidamente apreciada no acórdão embargado que, de forma bastante clara e inteligível, enumerou as razões pelas quais indeferiu o registro de candidatura da embargante.

A insurgência do embargante refere-se, em verdade, à interpretação conferida por esta Corte, o que pode configurar *error in iudicando*. Assim, não respeitando a insurgência da embargante propriamente à obscuridade, mas sim à contrariedade da decisão com os seus argumentos e interesses e ao seu descontentamento com a solução dada ao caso, deverá utilizar-se da via recursal adequada e não da estreita via dos embargos de declaração.

DISPOSITIVO



Em face do exposto, voto no sentido de que esta Corte CONHEÇA e REJEITE os embargos de declaração.

Curitiba, 10 de outubro de 2018

Des. Gilberto Ferreira

Relator

EXTRATO DA ATA

REGISTRO DE CANDIDATURA Nº 0601454-83.2018.6.16.0000 - Curitiba - PARANÁ - RELATOR: DES. GILBERTO FERREIRA - REQUERENTE: LUCILENE SANTOS DE REZENDE, FIRME E FORTE, UNIDOS PELO PARANÁ 90-PROS / 35-PMB / 33-PMN - Advogado do(a) REQUERENTE: MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA - PR032723 - Advogado do(a) REQUERENTE: MAURICIO VITOR LEONE DE SOUZA - PR032723

DECISÃO

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto do Relator.

Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador Luiz Taro Oyama. Participaram do julgamento os Eminentíssimos Julgadores: Desembargador Gilberto Ferreira e Juízes Pedro Luis Sanson Corat, Paulo Afonso da Motta Ribeiro, Antonio Franco Ferreira da Costa Neto, Jean Carlo Leeck e o Desembargador Federal Luiz Fernando Wowk Penteado. Presente a Procuradora Regional Eleitoral, Doutora Eloisa Helena Machado.

SESSÃO DE

10.10.2018.



Proclamação da Decisão

À unanimidade de votos, a Corte conheceu dos embargos de declaração, e, no mérito, rejeitou-os, nos termos do voto do Relator.

Curitiba, 10/10/2018

RELATOR(A) GILBERTO FERREIRA

